



Construindo uma Agenda Digital para o Brasil e Europa

Porto Alegre, Brasil

Maio 2011

Autor: Elena Scaramuzzi, Cullen International

Este relatório foi preparado por Cullen International para a associação EUBrasil. Todos os direitos são reservados. O conteúdo pode ser reproduzido desde que Cullen International seja mencionada como fonte. Para informações ou comentários sobre este relatório contate elena@cullen-international.com

EUBrasil, uma organização sem fins lucrativos que apóia o desenvolvimento de relações de negócios, políticas e culturais entre a União Européia (UE) e o Brasil, organizou um seminário no Parlamento Europeu, em Bruxelas, em setembro de 2010, para discutir as relações bilaterais no setor das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC). O evento reuniu graduados representantes da Comissão Européia, do Governo Brasileiro e da indústria.

O Seminário foi uma oportunidade para compartilhamento dos objetivos e estratégias das TIC na UE e no Brasil, com reflexões e discussões abertas sobre as relações bilaterais neste campo. Vários comentários e propostas foram feitos pelos representantes da indústria das TICs, na busca de caminhos para intensificar as relações bilaterais entre o Brasil e a EU, bem como tomar a cooperação nas TIC mais forte no futuro.

Neste esforço contínuo de promover o diálogo bilateral nas TICs, a EUBrasil pretende promover outros eventos no Brasil e Europa, especialmente para relatar as expectativas e preocupações da indústria brasileira e européia aos elaboradores dessas políticas no Brasil e Europa. A EUBrasil está atualmente trabalhando em um documento para a próxima cúpula sobre TICs, levantando informações junto a indústria Brasileira e Européia.

A cooperação e o diálogo nas TICs progrediu constantemente desde setembro de 2010 e desenvolvimentos muito importantes ocorreram no Brasil e na EU. Desde janeiro de 2011 o Brasil conta com uma nova Presidente e um novo ministério. No início de seus mandatos, foi confirmado um elevado compromisso com a agenda nacional para TICs. O Plano Brasileiro de Banda Larga foi aprovado há exatamente um ano atrás, assim como a Agenda Digital da União Européia, que indica os objetivos para as TICs, na Europa até 2020.

Este documento traz o estágio atual das políticas das TICs, suas respectivas agendas e sumariza os principais pontos de discussão compartilhados entre os principais interessados dos setores público e privado, envolvidos no diálogo entre o Brasil e a União Européia.

Porto Alegre, Maio 2011

Conteúdo

- 1. TICs na Europa e Brasil**
- 2. Objetivos da Política de Banda Larga**
- 3. Regulação da Banda Larga**
- 4. Cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento**
- 5. Perspectiva do setor privado**
- 6. Diálogo sobre as TIC: O caminho a seguir**

Anexos

- 1 – Visão geral das comunicações no Brasil e UE**
- 2 – Ambiente competitivo**
- 3 – Políticas e Objetivos para Banda Larga**
- 4 – Dados usados para a Figura 1**

1. TICs na Europa e no Brasil

Com uma população acima de 193 milhões de pessoas, o Brasil é uma das economias com maior crescimento no mundo, atingindo 7,5% de crescimento médio em 2010, a maior taxa dos últimos 24 anos¹. A demanda por serviços de comunicação eletrônica vem crescendo de forma estável (3,5% em média em 2009 e 2010), em parte decorrente do crescimento do poder de compra das famílias brasileiras.

No final de 2010 o Brasil ultrapassou 100% de penetração móvel, com mais de 207 milhões de usuários em fevereiro de 2011². Os usuários de TV por assinatura atingiram 10 milhões (30,7% de crescimento anual) com a penetração por satélite praticamente nos mesmos níveis da TV a cabo³. Com 13,8 milhões de assinantes no final de 2010, a oferta de banda larga situa-se nos maiores níveis de crescimento do mercado de telecomunicações (21,5% de crescimento comparado com 2009). A penetração da banda larga em 2009 foi de 6,3% da população, enquanto a penetração europeia média foi de 24,8%. No final de 2010 a penetração da banda larga no Brasil atingiu 7,1% da população⁴.

O setor das comunicações eletrônicas na Europa se mostrou resiliente durante a crise econômica. O mercado de telecomunicações europeu manteve-se com crescimento zero em 2009, saindo-se bem se comparado ao declínio de 4,2% de toda a economia europeia. Entretanto, o mercado atingiu maturidade para os serviços móveis e fixos. O crescimento das receitas para novos serviços, como banda larga fixa e móvel, e pacotes “triple play”, incluindo IPTV não foram capazes de compensar a tendência de declínio observada nos serviços tradicionais.

A Comissão Europeia estima que existem 124 milhões de assinantes de banda larga fixa e 25 milhões de assinantes de banda larga móvel na EU, com variação significativa entre as regiões e os estados membros em termos de provisionamento e cobertura de banda larga.

O Brasil e a Europa estão encontrando diferentes desafios para seus respectivos desenvolvimentos para banda larga. A Figura 1 mostra a posição atual, em termos de penetração e crescimento da banda larga, para um grupo de países desenvolvidos e emergentes. A penetração média da banda larga em redes fixas (assinantes por 100 habitantes) atingiu 24,2% em junho de 2010 nos países da OCDE. A penetração da banda larga nestes países cresceu em média 10,1% entre 2007 e 2010⁵.

Grupo “A” – Apesar de encontrar-se abaixo do nível de penetração da OCDE, o Brasil tem um dos mais rápidos crescimentos do mercado de banda larga no mundo, junto com outras economias emergentes como Rússia, México, Colômbia, China e Argentina. Alguns países da Europa Central e Oriental também fazem parte deste grupo, bem como Itália, Portugal e Irlanda que, entretanto estão posicionados perto da média da OCDE.

Grupo “B” – No lado oposto, no canto inferior direito do gráfico, estão os países que se encontram acima da média de penetração de banda larga. Este grupo inclui a maioria dos países da Europa Ocidental e economias desenvolvidas como Japão, Coreia e EUA. O crescimento diminuiu consideravelmente nestes países, onde o mercado de banda larga atingiu sua maturidade.

Grupo “C” – No quadrante superior direito do gráfico estão poucos países, incluindo a França, Nova Zelândia e Alemanha, que continuam mostrando, nos últimos três anos, considerável dinamismo e um crescimento acima da média em banda larga – apesar da elevada penetração já atingida.

¹ Fonte: IBGE – PIB atingiu R\$ 3,675 trilhões. O PIB per capita foi de R\$ 19.016 (+6,5% comparado com 2009)

² Fonte: Anatel

³ Fonte: Anatel. Penetração do cabo foi 49,7%, DTH 47,3% em Fev.2011. No final de 2009 o “market share” DTH foi 37,9%.

⁴ Fonte: Estatísticas de Banda Larga no Brasil: Telebrasil, EU broadband statistics: EU Commission

⁵ Crescimento médio calculado com base na penetração histórica da banda larga com fios, como relatado pela OCDE no 2 Trimestre de 2007, 2008 e 2009. Ver Anexo 4 para detalhes.

Grupo “D” – No lado oposto (canto inferior esquerdo do gráfico) estão os países que mostram baixa penetração combinada com crescimento da banda larga abaixo da média. Áustria, Espanha e Austrália fazem parte deste último grupo.

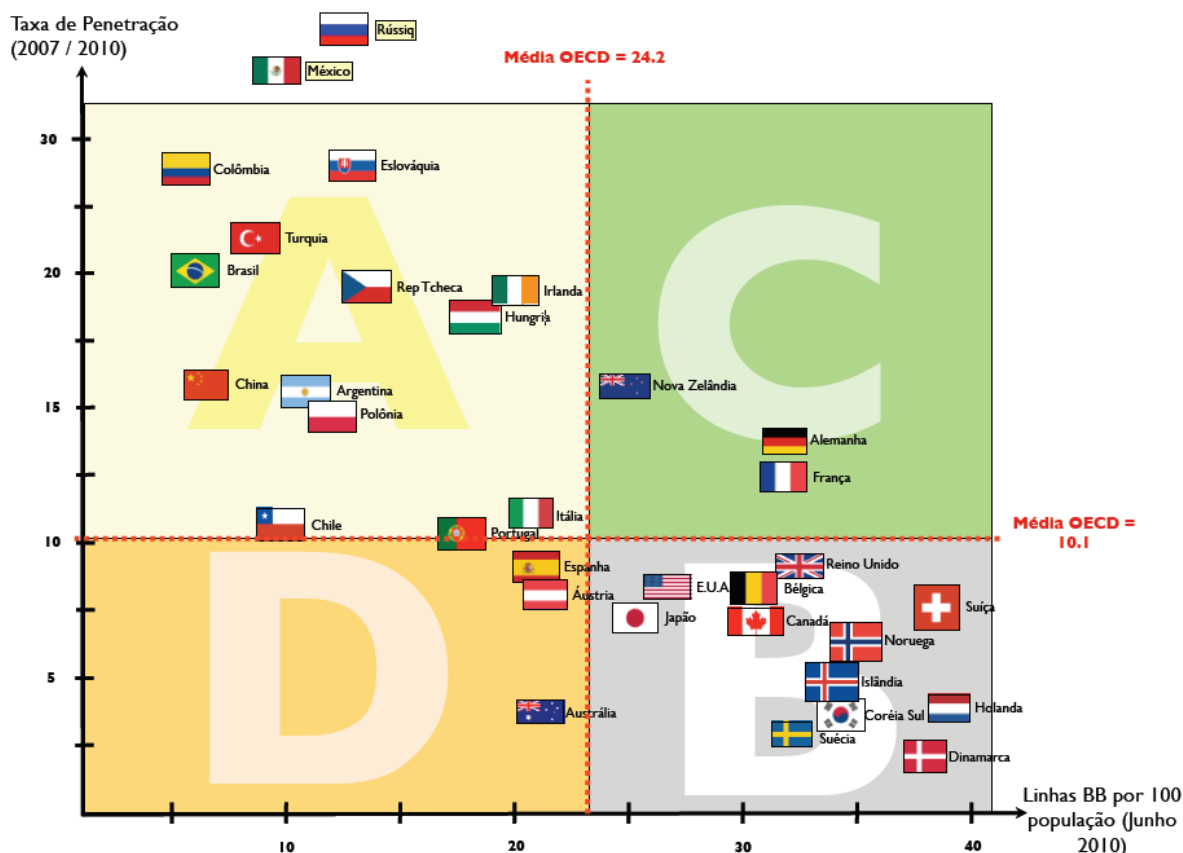


Figura 1 – Penetração e crescimento da banda larga em países selecionados (Fonte: Cullen Internacional baseada em dados da OCDE, da UIT e de agências nacionais⁶)

2. Objetivos da política de Banda Larga

Brasil

Em maio de 2010 o governo brasileiro lançou o [Plano Nacional de Banda Larga \(PNBL\)](#) com o objetivo de trazer banda larga básica (512 kbps com limitações de download) para aproximadamente 40m residências brasileiras em 2014. Para atingir este objetivo, uma estrutura de preços mais acessível foi estabelecida. A tabela abaixo mostra as metas definidas no plano brasileiro.

Ano	Residências com Banda Larga (Milhão)	(% do total de residências)	Menor velocidade	Meta de preços de varejo (mensal, em Reais)
2009	12	21%	<256 kbps	96 a 49 (US\$ 56-28)
2014	35,2	61%*	512 a 784 kbps	35 (US\$ 20)
	39,8	69%*	512 kbps (com limitações de downloads)	15 (US\$ 8,7) (com incentivos do governo)

* estimativa CI

Tabela 1 – Plano Nacional de Banda Larga

⁶ OCDE – Junho/2010 – Rússia, China, Argentina e Colômbia: dados UIT 2007-2009. Ver Anexo 4

No plano também foram estabelecidas que três principais entidades seriam envolvidas na administração e na implementação do PNBL, como descrito na tabela abaixo.

PNBL	Planejamento e Governança	Operações	Controle Regulatório
Entidade Responsável	Comitê de Inclusão Digital (Inclui vários ministros e o presidente do Brasil)	Telebrás	Anatel (Regulador)
Tarefas	<ul style="list-style-type: none"> definir prioridades e cronograma promoção de parcerias público-privadas definição técnica do acesso à banda larga identificação de localidades carentes de serviço de banda larga monitoração e avaliação 	<ul style="list-style-type: none"> administrar a operação do <i>backbone</i> nacional, em fibra ofertar acesso de serviço no atacado, em condições não discriminatórias ofertar banda larga para usuários em “<i>áreas carentes</i>” (não definido) 	<ul style="list-style-type: none"> promover a competição, a livre iniciativa e a oferta de banda larga estimular a implantação de serviços convergentes impor o compartilhamento de infraestrutura resolver conflitos analisar o impacto da redução de preços e dos subsídios públicos na competição administrar recursos escassos (inclusive frequências) objetivando reduzir custos

Tabela 2 – Plano Nacional de Banda Larga: tarefas e responsabilidades

A partir da segunda metade de 2010 a ex-estatal monopolista, Telebrás, foi reestruturada e começou a construir um backbone nacional objetivando atingir 4.278 municípios em 2014.

Após procedimentos licitatórios, a Telebrás assinou contratos para compra de equipamentos e sistemas de rede totalizando R\$ 201,7m (US\$ 117m), bem como acordos com empresas públicas como Petrobrás e Eletrobrás, focando o uso de suas respectivas infraestruturas de fibra ótica para compor a rede de telecomunicações nacional. A conexão das primeiras 100 cidades, inicialmente prevista até o fim de 2010, foi adiada para abril de 2011.

A banda larga no Brasil é oferecida atualmente pelas operadoras utilizando suas próprias infraestruturas. Ofertas de varejo variam em preço, velocidade e cobertura geográfica. A banda larga com a velocidade de 1 Mbps é oferecida nas grandes cidades por preços que variam entre R\$39,90 (US\$23) e R\$54,90 (US\$32) ao mês, incluindo taxas. Velocidades mais altas são consideravelmente mais caras, com preços entre R\$69,90 (US\$41) a R\$129,90 (US\$75) para 10 Mbps.

Serviços de velocidade muito alta também estão disponíveis: o acesso à banda larga em 50 Mbps é oferecido por duas concessionárias fixas, com valores variando entre R\$299,90 (US\$174) e R\$ 439,90 (US\$255) por mês, em suas respectivas regiões. A Telefônica oferece 100 Mbps de acesso a banda larga por valores que variam de R\$ 299,90 (US\$134) a R\$399,80 (US\$232) por mês. Atualmente a fibra da Telefônica cobre 400.000 acessos na região de São Paulo, ou 3,2% das residências. A companhia [anunciou](#) recentemente a implantação de rede FTTH que atingirá 1 milhão de residências em São Paulo, em 2015.

Europa

A Comissão Europeia estabeleceu metas de banda larga para Europa para serem atingidas em 2020. Até lá todos europeus devem ter acesso a internet com velocidade acima de 30 Mbps e 50% dos lares europeus devem ter acessos acima de 100 Mbps.

Atingir essas metas – que não são, entretanto, obrigações dos estados membros – exigirá um investimento substancial. A Comissão estima que €60bn serão necessários para atingir a meta de 30

Mbps para todos europeus em 2020, aumentando para €180bn - €250bn para atingir a meta de 100 Mbps de assinantes para 50% dos lares europeus em 2020.

Vários estados membros também definiram metas nacionais para o desenvolvimento da banda larga, muitas vezes diferenciadas para o acesso tradicional (veja na Figura 2) e para o acesso de próxima geração (Next Generation Access - NGA) (veja Figura 3). Finlândia e Espanha incluíram banda larga de 1 Mbps no âmbito do serviço universal.

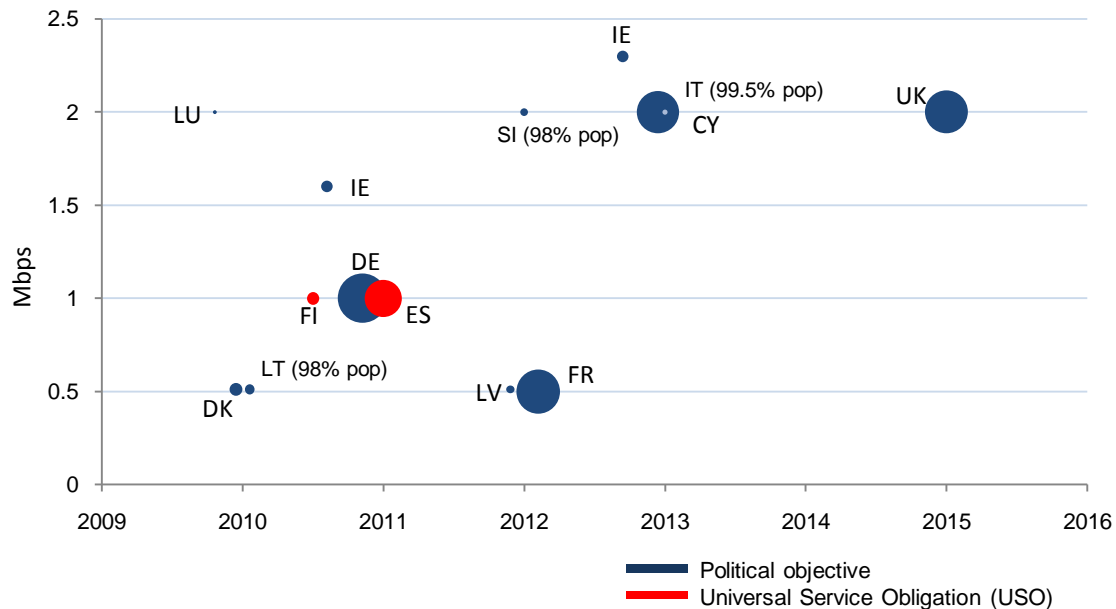


Figura 2 – Metas nacionais para cobertura básica de banda larga para 100% da população (fonte: Cullen International)

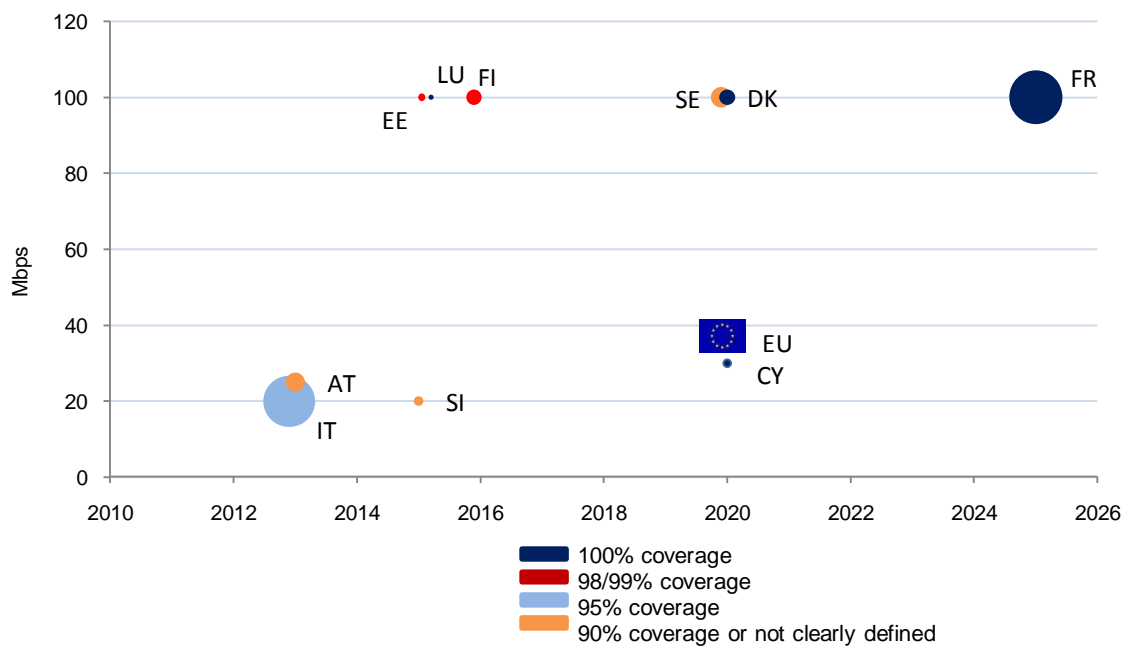


Figura 3 – Metas nacionais para banda larga rápida cobrindo pelo menos 90% da população (fonte: Cullen International)

Na Europa é esperado que a implantação da banda larga seja feita pelo setor privado, sendo o financiamento público uma exceção, e não a regra. Os fundos públicos são geralmente canalizados para áreas rurais e remotas onde as operadoras não tem incentivos comerciais suficientes para fornecer serviços de banda larga. Esta abordagem decorre das regras da EU que proíbem o auxílio estatal, quando este auxílio possa distorcer a concorrência e o funcionamento do mercado interno da EU.

Qualquer financiamento por parte do estado deve ser autorizado. Em setembro de 2009 a Comissão Europeia aprovou critérios gerais para a avaliação da adequação dos auxílios estatais para a implantação da banda larga e da rede NGA nos países membros.

De acordo com as estatísticas publicadas pela Comissão Europeia, a penetração média de banda larga na EU cresceu de 4,9% em janeiro de 2004 para 24,8% em janeiro de 2010⁷. A implantação da banda larga tem sido fomentada pela queda de preços e a oferta de serviço com maiores velocidades, graças a pressão da competição.

De 2007 a 2009 os preços médios para 2-4 Mbps caiu 86%, de €49,63 para €26,65 e os preços médios para as ofertas de 4-8 Mbps caíram 53%, de €51,33 para €33,61. A concorrência acirrada para os pacotes de altíssima velocidade também derrubou os preços de varejo. O preço para banda larga acima de 30 Mbps caiu 73% em três anos, de €71,53 para €41,43⁸.

3. Regulação da banda larga

Brasil e Europa tem seguido diferentes abordagens para a privatização e a liberalização. Por mais de uma década, o Brasil focou-se principalmente em medidas regulatórias para estimular o investimento em expansão de infraestrutura e a implementação dos serviços em todas as regiões do Brasil. A universalização do serviço e os preços teto foram essenciais para garantir expansão e preços razoáveis para o emergente setor de telecomunicações no Brasil.

As restrições existentes para que as operadoras de telefonia fixa possam oferecer os serviços de triple play são hoje um dos principais problemas no ambiente regulatório brasileiro. É esperado que o regulador brasileiro, a Anatel, adote um Plano de Competição em 2011. O Plano deverá incluir metas de competição e uma série de medidas regulatórias que visam aumentar a competição no mercado de telecomunicações. Ainda é incerto se algumas obrigações de revenda do acesso local vão ser introduzidas para fomentar a concorrência no mercado de Banda Larga. Até hoje, produtos de acesso de terceiros à rede local da empresa dominante, como “*unbundling*” ou “*bitstream*”, não foram impostos no Brasil.

A Europa, por outro lado, apresentou uma abordagem específica para a concorrência, com a imposição assimétrica de obrigações regulatórias – quando necessárias – às operadoras históricas no mercado de telecomunicações. No mercado de redes fixas, um grande número e variedade de produtos relacionados à cessão de redes estão disponíveis, na maioria dos estados membros da UE, geralmente associados a outras medidas pró-competição, como a não discriminação, os preços orientados para custos e a publicação de ofertas de referência. O princípio da neutralidade tecnológica também foi benéfico para o desenvolvimento de serviços convergentes.

A Comissão Europeia adotou, em setembro de 2010, uma recomendação para as redes de próxima geração (NGA). A recomendação sinaliza uma abordagem consistente na regulação das redes NGA, com regras a serem impostas pelos reguladores nacionais aos operadores identificados como possuidores de poder de mercado significativo no mercado de infraestrutura de redes de acesso

⁷ Relatório de Progresso do Mercado Comum de Comunicações Eletrônicas Europeias (15º Relatório, maio/2010)

⁸ 15º relatório da Comissão Europeia, baseado em dados de preços de Van Dijk Management consultants

(físico) e no mercado atacadista de acesso a banda larga. Mesmo não sendo obrigados, os estados membros devem levar esta recomendação em máxima conta.

A recomendação busca evitar distorções no mercado comum europeu e proporcionar segurança jurídica para as operadoras investirem em redes NGA. A recomendação aponta os tipos de obrigações que devem ser consideradas pelos reguladores ao regular o mercado de acesso à banda larga. Também provê mais flexibilidade nas regras de precificação, tendo em conta a necessidade de compensar os prestadores de serviços de telecomunicações pelos altos riscos relacionados ao investimento em NGA.

Nos últimos anos, autoridades reguladoras nacionais na UE estão crescentemente enfrentando os novos desafios regulatórios decorrentes da implantação de NGA. Novos modelos de investimentos, incluindo co-investimento e parcerias público-privadas para a implantação de NGA também começam a aparecer em vários estados membros.

4. Cooperação em pesquisa e desenvolvimento

O Brasil e a EU tem cooperado em projetos de pesquisa e desenvolvimento em TICs com sucesso por mais de 10 anos. O sucesso desta comparação foi demonstrado pelo lançamento, em setembro de 2010, de uma [chamada coordenada de €10m](#) para projetos de pesquisas e desenvolvimento em TICs, dentro do sétimo Programa-Quadro de Pesquisa. Com base no Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia de 2006 e na Parceria Estratégica de 2007, esta nova iniciativa estabelece um importante marco na cooperação em pesquisa entre a EU e o Brasil.

O Brasil e a EU irão apoiar projetos bilaterais de P&D em áreas tecnológicas chaves, incluindo as instalações experimentais e de segurança da Internet, microeletrônica e micro-sistemas, monitoramento de rede e controle, e *e-infraestruturas*. Os esforços conjuntos de pesquisa e desenvolvimento serão direcionados, por exemplo, para promover o consumo responsável de energia, transporte, geração de energia e de produção.

Os parceiros concordaram em trabalhar juntos para fortalecer as conexões de banda larga transatlânticas, entre a EU e a América Latina, especialmente para cooperação científica e tecnológica.

5. Perspectiva do setor privado

O primeiro seminário EUBrasil do diálogo sobre as TICs, realizado em setembro de 2010 em Bruxelas, foi uma oportunidade para o setor privado apresentar sua visão, bem como seus elogios e preocupações sobre as políticas definidas no Brasil e na Europa. Como esperado, os pontos de vista apresentados no seminário foram bem diversificados, muitas vezes decorrentes das diferentes posições dos players atuantes no mercado brasileiro⁹. Muitos representantes da indústria de TICs mostraram interesse em estarem mais envolvidos na cooperação bilateral entre o Brasil e Europa, apresentando propostas sobre como o setor privado poderia colaborar pró ativamente neste diálogo.

- **O comércio e a produção de TICs**

Apesar de uma melhora durante o último ano, o número de celulares falsificados aumentou consideravelmente na América Latina e no Brasil. E um grande desafio esta emergindo na América Latina no que se refere ao telefones de segunda categoria.

⁹ Ver [EUBrasil Follow-up Report](#)

Preocupações também vem sendo levantadas pela indústria europeia de TIC sobre as recentes políticas para promoção da tecnologia e da indústria nacional. No lado da produção, notou-se que tanto a Europa e o Brasil devem acordar passos concretos no sentido de tornar o setor de TI um facilitador para o crescimento sustentável de suas respectivas economias. *Cloud Computing* pode desempenhar um papel muito importante neste contexto.

As TICs devem também ser um facilitador do consumo responsável de energia em todos os setores da sociedade. Medidores inteligentes, energia eficiente, *cloud computing* e *softwares* distribuídos podem transformar o padrão de uso de energia.

- **Legislação da Internet e direitos autorais**

De acordo com a indústria, existem potenciais sinergias entre o Brasil e a Europa neste campo, em particular, na construção de entendimentos para o estabelecimento de quadros legais e instrumentos de política pública de sucesso, que incluam incentivos para estimular o uso de ofertas legais.

Além disso, Brasil e Europa devem acordar quadros regulatórios claros e consistentes para servirem de porto seguro aos intermediários de internet, endereçando formas de compensar os possíveis danos potenciais através das obrigações regulatórias sobre a privacidade e proteção de dados. A regulamentação deve permitir a inovação e a liberdade na definição dos modelos de negócios.

Tanto Brasil quanto a Europa devem demonstrar maior clareza jurídica em relação aos pedidos de acesso aos dados de comunicação. Uma maior clareza na retenção de dados também deve ser uma meta a conseguir no futuro.

- **Espectro para a Banda Larga móvel**

A Banda Larga móvel oferece grandes oportunidades tanto no Brasil e como na UE. Economias de escala, padronização global e alocação do espectro são fatores chaves para o sucesso.

A recente decisão do Brasil de alocar a banda 2,6 GHz abre caminho para aumento da capacidade da Banda Larga móvel. Para maximizar os benefícios da economia digital será essencial abordar aspectos de cobertura de banda larga móvel e exercitar a atribuição antecipada do dividendo digital na promoção dos serviços de banda larga móvel.

- **Entrada e condições de negócios nos respectivos mercados**

O mercado brasileiro reage rapidamente a inovações, mas mais poderia ser feito para facilitar a concorrência e a entrada no mercado, por exemplo eliminando os obstáculos legais e regulatórios relacionados com ofertas de triple play.

Um outra intervenção importante a ser feita esta relacionada a redução da complexidade fiscal no Brasil. Alguns investidores questionam o papel relativo dos setores públicos e privados no debate sobre Banda Larga, ressaltando que a participação pública na prestação de serviços deve ser uma exceção e não uma regra.

A indústria de TIC sugeriu uma série de temas onde as oportunidades de cooperação bilateral entre Brasil e a UE poderia ser explorada, como as experiências e abordagens para a implantação de redes de acesso de nova geração, abordagens sobre inclusão digital em áreas rurais, fusão de companhias brasileiras e europeias, exportações conjuntas e investimentos em outras áreas geográficas, desenvolvimento conjunto de conteúdos e aplicações, e programas de treinamento.

6. Diálogo sobre as TICs: o caminho a seguir

Apesar dos diferentes caminhos e abordagens regulatórias seguidas no passado, **o diálogo sobre políticas e regulamentação entre Brasil e Europa foi intensificada consideravelmente nos últimos anos**. Tanto a Europa quanto o Brasil aprenderam importantes lições e a troca de experiências e informações em temas como entrada no mercado, investimentos em Banda Larga, convergência e proteção dos consumidores foram benéficas aos dois lados.

As Políticas debatidas na UE tem focado na busca de caminhos para o atendimento das metas estabelecidas na Agenda Digital da UE, especialmente na diminuição do fosso digital até 2013 e estimulando a implantação extensiva de redes NGA. Nos últimos anos, muitas discussões foram focadas para a finalização da recomendação NGA e agora na sua implementação nos estados membros. Outro debate importante é a criação de novos mecanismos de financiamento para apoiar a implementação das NGAs.

O debate no Brasil, catalisado consideravelmente pelo PNBL em 2009 e 2010, foi recentemente deslocado para uma série de processos de regulação fortemente relacionados à banda larga, notadamente o novo Plano Geral de Metas de Universalização e o Plano Geral de Metas Competição, cuja regulamentação pela Anatel é esperada para 2011.

Em termos da discussão de Políticas, existem uma série de questões que ainda merecem atenção e que talvez devam ser consideradas futuramente no debate bilateral – especialmente levando em conta expectativas e preocupações levantadas pela indústria:

- 1. Como os ambientes competitivos e regulatórios evoluirão, na prática no Brasil e na UE com investimentos crescentes em NGA.**
- 2. Como a intervenção dos investimentos dos setores públicos e privados irão co-existir no ambiente de rede de Banda Larga: parcerias público-privadas e novos instrumentos de financiamento;**
- 3. Novas tendências de competição relacionadas a implementação de NGA: compartilhamento de informação das melhores práticas relacionadas aos modelos de co-investimentos; e**
- 4. Principais obstáculos ainda dificultam o investimento em TICs nas respectivas regiões: como o diálogo bilateral pode melhorar esta situação.**

ANEXO 1

Visão Geral do Brasil e EU, e suas comunicações

		Brasil	EU-27
Perfil e estatísticas do Mercado de Telecomunicações¹⁰ (Dez.2009)	População	193m	497m
	Residências	58.6m (85% urbano) ¹¹	208m
	Receitas de Telecomunicações	BRL 184.9bn (US\$107.5bn) ¹² , ou 5% do PIB	€351bn (US\$463.3bn) ¹³ , ou 2.8% do PIB (2008)
	Crescimento	4.2% (média, 2010)	0% (média, 2009)
	Teledensidade Fixa (linhas/100 habitantes)	21.7%	40% (maiores taxas na França, Alemanha, Grécia e Reino Unido, com mais de 50%; entre 20 e 30% na maioria dos países da Europa Oriental ¹⁴)
	Penetração Móvel)	104.7% (82% pré-pagos) Crescimento de assinantes em 2010: 15.7%	122% (55% pré-pagos)
	Penetração da Banda Larga (usuários/100 habitantes)	7.1% (23.5% das residências) xDSL: 65% das conexões Crescimento de assinantes em 2010: 21.3%	24.8% (60% das residências) Maiores taxas na Dinamarca e Holanda com 38% e menores na Bulgária e Romênia, com 13% xDSL: 79% das conexões
	Velocidade da Banda Larga	acima 2 Mbps: 20%	acima 2 Mbps: 85%
	Preço da Banda Larga (inclui Tributos)	Dependendo dos provedores e das regiões, as tarifas cobradas pelas empresas históricas são os seguintes: 2-4 Mbps: BRL 49.90-79.90 (US\$ 29.0-46.5) 4-8 Mbps: BRL 59.90-99.90 (US\$ 34.8-58.1)	Preços médios na EU (2009): 2-4 Mbps: €26.7 (US\$35.2) 4-8 Mbps: €33.6 (US\$44.3)

¹⁰ Dados de 2009, exceto quando especificado. As fontes de dados para o Brasil são do relatório da Telebrasil "O desempenho do setor das telecomunicações no Brasil, series temporais 2010", (março/2011). Estatísticas para EU-27 são do 15º relatório de implementação sobre o mercado das comunicações eletrônicas da CE

¹¹ Fonte: IBGE

¹² US\$ 1= R\$ 1.72

¹³ €1= US\$1.32

¹⁴ Fonte: UIT, 2010

ANEXO 2

Ambiente Competitivo

Tema	Brasil	EU-27
Liberalização	Competição total introduzida em Jan. 2002	Competição total introduzida em Jan. 1998
Players no mercado (fixos)	<p>Participação no mercado regional pelas empresas fixas históricos continua alto, mas vem decrescendo desde 2005, quando suas quotas de mercado estavam acima de 95%.</p> <p>Telemar 81% (região 1)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Brasil Telecom 74.5% (região 2) • Telefônica tem 74% (região 3) <p>Devido a fusão da Telemar e Brasil Telecom, o grupo Oi hoje detém 50% dos acessos brasileiros.</p> <p>Principais competidores são EMBRATEL (detentora da concessão de longa distância, também ofertando serviços locais. É controlada pela América Móvel) e a GVT (controlada pela Vivendi).</p> <p>Operadores alternativos usam suas próprias infraestruturas para oferecer serviços no varejo.</p>	<p>Desde 2003, as quotas de mercado dos operadores históricos diminuíram no mercados de varejo fixo. As receitas dos operadores históricos para chamadas de voz foram de 63% em 2008, e 69% em 2004.</p> <p>Quotas de mercado dos operadores históricos no varejo da banda larga são em média 45%.</p> <p>Os operadores históricos na maioria dos Estados-Membros mantêm elevadas quotas de mercado em termos de acesso direto (76%). Desagregação do Acesso Local (OLL) continua a crescer (73,7% dos novos operadores de linhas DSL). OLL é utilizado pelos novos operadores para oferecer serviços triple play, incluindo IPTV.</p> <p>Outras opções de venda por atacado, incluindo o aluguel de linhas no atacado e o "bitstream", também são oferecidas na maioria dos Estados-Membros.</p>
Players no mercado (Móvel)	<p>Quatro players nacionais. Quotas de mercado em termos de usuários: Vivo (29,65%), Claro (25,46%), TIM (25,26%) e Oi (19,28%).</p> <p>O Brasil tem 207m de chips ativos</p>	<p>Em cada estado membro, pelo menos, três operadores. Quatro players no Reino Unido, Alemanha, Itália e Espanha.</p> <p>Vodafone, Orange, O2 e T-Mobile titulares de licenças móveis em vários Estados membros.</p>
Espectro	<p>Atribuição e licenciamento de espectro são gerenciados pela ANATEL, regulador nacional. Para fins de licenciamento o Brasil é dividido em áreas de serviço sub-nacionais.</p> <p>Em Agosto 2010 houve a decisão da Anatel sobre a reorganização do espectro de 2,5 GHz (serviços de comunicações móveis e multimídia).</p>	<p>As competências de atribuição e licenciamento de espectro são dos Estados membros da UE.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programa para Política para Radio Espectro da Comissão Europeia (proposta - setembro 2010): Estados-membros devem disponibilizar a faixa dos 800 MHz para a banda larga sem fio até 2013 (proposta). Uma vez aprovada (Parlamento Europeu e decisão do Conselho), será obrigatória para os Estados membros. • As regras da Comissão Europeia impuseram um prazo até 09 de maio de 2010 para os Estados-Membros abrirem a faixa de 900 MHz e 1800 MHz para o UMTS (3G) e outras tecnologias mais avançadas (4G), que possam coexistir com o GSM. No entanto, apenas quatro Estados-Membros, Dinamarca, Finlândia, França e Alemanha, cumpriram o prazo para ambas as bandas de frequência.

ANEXO 3

Políticas e objetivos em Banda Larga

Assunto	Brasil	EU-27		
Políticas de Banda Larga	O Governo Brasileiro lançou um Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) em maio de 2010	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicações na Europa 2020 Março 2010) • Agenda Digital (Maio 2010) • Comunicações em Banda Larga (Set. 2010) • Programa de Políticas para Radio espectro (proposta - set. 2010) 		
Metas	2014: <ul style="list-style-type: none"> • Banda larga (menor velocidade: 512-784 kbps para 35m de residências (~60% dos domicílios) • Banda larga básica (menor velocidade: 512 kbps com limitações de downloads para 39,8m de residências (~70% das residências)) • Preços mensais acessíveis: US\$20 com tributos (512-784 kbps e US\$8 (oferta básica com incentivos, com 512 kbps) 		2013	2020
		EU 2020 e Agenda Digital	Banda Larga básica (velocidade não definida) para todos europeus	<ul style="list-style-type: none"> • 30 Mbps ou acima para todos os europeus • 100 Mbps ou mais para 50% ou mais para todas residências europeias
		Comunicações BL		
		Programa de Políticas para Radio Espectro	Estados membros disponibilizarem 600 MHz para Banda Larga sem fio	Residentes da UE devem ter acesso a pelo menos 30 Mbps de Banda Larga sem fio
Implementação	<p>Ações detalhadas e prioridades dentro do plano a ser definido pelo Comitê de Inclusão Digital (inclui vários ministérios e a presidência do Brasil),</p> <p>A Telebrás, empresa estatal e monopolista, irá ter um papel fundamental na implementação do PNBL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Administração e operação das fibras no backbone <ul style="list-style-type: none"> • 2010: Distrito Federal e 15 capitais de estado. 100 cidades alcançadas no final de 1010 • 2011 a rede da Telebrás irá alcançar 1063 cidades • 2014: Distrito Federal e 25 capitais estaduais vão ofertar acesso no atacada em condições e termos não discriminatórios. • Oferta no varejo para usuários em áreas "mal servidas" (a ser definido) 	<p>Os objetivos da EU 2020 e da Agenda Digital não são obrigatórios aos estados membros. Uma vez que venha a ser aprovada a decisão do Parlamento Europeu, o RSPP se tornará obrigatório.</p> <p>Os estados membros são responsáveis pela implementação de políticas de banda larga em nível nacional. Vários estados membros também adotaram políticas nacionais de banda larga, incluindo a banda larga no âmbito do serviço universal.</p> <p>Foi estimado que o total de investimento necessário até 2020 para a implementação dos objetivos estabelecidos na Agenda Digital serão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 30 Mbps ou acima para todos europeus: €60bn • 100 Mbps ou acima para 50% ou mais das residências europeias: entre €180bn e €270bn 		
Financiamento público envolvido	<ul style="list-style-type: none"> • BRL 5bn (US\$2,8bn) para Pesquisa e Desenvolvimento da recapitalização da Telebrás; • BRL 780m (US\$440m) em incentivos fiscais destinados as operadoras; e • BRL 7,5bn (US\$4,2bn) em facilidades de crédito através do BNDES. 	<p>Como regra geral, existe a proibição de auxílios estatais na EU (base jurídica em: Tratado para funcionamento da EU).</p> <p>A Comissão Europeia emitiu orientações que fornecem critérios para a avaliação da compatibilidade dos auxílios estatais para a Banda Larga tradicional e a implementação da Próxima Geração de Acesso (NGA).</p>		

ANEXO 4

Estatísticas OCDE para Banda Larga [oecd.org/sti/ict/broadband]

1g.OCDE – Taxa de Penetração histórica da Banda Larga Fixa (com fio) (junho/2010)

	Penetração da BL fixa 2010-2Trim.	Crescimento penetração da BL (2007-2010)	
Austrália	23.44	3.21%	D
Áustria	22.91	8.23%	D
Bélgica	29.94	8.03%	B
Canadá	30.07	6.96%	B
Chile	10.17	10.36%	A
Republica Tcheca	13.73	18.63%	A
Dinamarca	36.69	2.66%	B
Finlândia	26.35	-1.85%	B
França	31.41	11.98%	C
Alemanha	31.20	14.09%	C
Grécia	18.71	39.95%	A
Hungria	18.66	17.77%	A
Islândia	33.28	4.48%	B
Irlanda	20.32	17.81%	A
Itália	21.32	10.52%	A
Japão	26.11	7.12%	B
Coréia	34.43	4.82%	B
Luxemburgo	34.02	15.97%	C
México	10.01	44.93%	A
Holanda	37.79	4.13%	B
Neva Zelândia	24.49	16.33%	C
Noruega	34.18	4.93%	B
Polônia	11.87	14.83%	A
Portugal	18.91	10.15%	A
Republica Eslovaca	11.99	28.24%	A
Espanha	22.19	9.54%	D
Suécia	31.66	3.44%	B
Suíça	36.72	7.05%	B
Turquia	9.40	23.23%	A
Reino Unido	30.48	8.81%	B
Estados Unidos	26.86	8.22%	B
OCDE average	24.2	10.1%	
Países não-OCDE:			
Brasil	7.10	21.33%	A
China	7.70	15.76%	A
Colômbia	5.60	27.36%	A
Argentina	11.20	19.94%	A
Rússia	12.80	56.51%	A

Nota: Ver o portal de Banda Larga da OCDE para fontes de dados e estimativas

Figura 1 – Áreas do Gráfico SWOT

A	C
D	B



SOBRE A CULLEN INTERNATIONAL

Cullen International oferece uma gama única de serviços de monitoramento da regulamentação em telecomunicações, mídia e comércio eletrônico, cobrindo a União Européia e mais de 30 países europeus e 10 países latino-americanos.

O **Serviço Regulatório para as Telecomunicações na América Latina** oferece:

- ferramenta para monitoração, análise e benchmark dos desenvolvimentos regulatórios que afetam Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México;
- uma visão dos quadros regulatório, competitivo e de proteção ao consumidor nestes cinco países com adição de: Costa Rica, Equador, Perú, Uruguai e Venezuela; e
- visão geral da regulação, competição e quadro de defesa do consumidor nestes cinco países e ainda Costa Rica, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela; e
- Acesso a serviços únicos de consulta a informações permitindo aos clientes obter respostas específicas a perguntas regulatórias sem custo extra.

Os serviços da Cullen International são valorizadas pelos seus clientes porque fornecem:

- **alta qualidade e informações atualizadas;**
- **análise neutra e independente;**
- **benchmarking da situações e práticas das regulamentações nacionais;**
- **Sistema de referência bem estruturado, incluindo as fontes primárias de dados**
- **Pesquisas adaptadas para necessidades individuais de seus clientes.**

Os serviços são feitos desde 1986 e são desenhados para dar suporte a companhias e organizações com o interesse estratégico em telecomunicações, mídia e comércio eletrônico para conhecer e entender o desenvolvimento da regulamentação e políticas que afetam suas atividades e interesses.

Por fornecer uma base de informação sólida, confiável e continuamente atualizada, os serviços também ajudam os clientes a organizar sua atuação interna, compliance regulatório e o desenvolvimento de estratégias de lobby eficiente.

Os clientes da Cullen International incluem grandes operadoras de telecomunicações, fabricantes de equipamentos, empresas de TI, provedores de serviços online, autoridades regulatórias e governos nacionais.

A Cullen International mantém estrita independência e não representa o ponto de vista de qualquer um de seus clientes. Para mais informações sobre o serviço de Telecom na América Latina, entre em: www.cullen-international.com/latinamerica

Ou contate: Ezequiel Dominguez: ezequiel.dominguez@cullen-international.com
Elena Scaramuzzi: elena.scaramuzzi@cullen-international.com

Cullen International s.a.
Rue Saint Jean, 6
B-5000 Namur, Belgium

Clos Lucien Outers 11-21/1
B-1160 Brussels, Belgium



EUBrasil é uma associação sem fins lucrativos, criada para dar suporte ao desenvolvimento **dos negócios e dos vínculos políticos e culturais entre a União Européia e o Brasil.**

Principais objetivos da EUBrasil:

- Promover forte e harmônico diálogo bilateral entre os atores econômicos e políticos do Brasil e UE.
- Procurar soluções para obstáculos estruturais relacionados as relações entre UE e Brasil
- Promover cooperação econômica, cultural e social.
- Apoiar iniciativas do governo, tendo com escopo a criação de uma zona de livre intercâmbio entre a UE e o Mercosul.
- Desenvolver comunicação política que permite realizar os interesses da UE e do Brasil.

Principais atividades da EUBrasil:

- Criar uma mesa redonda de negócios EUBrasil onde os principais atores da política e economia européia e brasileira possam reunir-se e debater
- Analisar a evolução do diálogo bilateral e propor novas medidas de cooperação entre as duas comunidades durante os encontros oficiais.
- Criar uma forte rede de associações de profissionais e especialistas, brasileiros e europeus, preocupados ou interessados em promover a cooperação.
- Promover planos comuns, a fim de beneficiar as iniciativas de cooperação européia e particularmente as relativas às de pesquisas e desenvolvimento.

EUBrasil pretende reforçar o diálogo bilateral entre os dois parceiros entre outras medidas, estabelecendo um fórum de comunicação que reúna todos os stakeholders interessados, promovendo encontros bilaterais e iniciativas de cooperação em vários níveis.

EUBrasil é aberta para:

- Parlamentares e funcionários do governo
- Empresas européias e brasileiras
- Especialistas, acadêmicos e jornalistas

EUBrasil Association Internationale Sans But Lucratif (AISBL)

Rue de la Loi, 227 - B-1040 Bruxelles BELGIQUE

Tel: + 32 2 613 28 28 Fax: + 32 2 613 28 49

presidencia@eubrasil.eu